

Demonstrações Financeiras

Laboratório de Educação

31 de dezembro de 2016
com Relatório do Auditor Independente

Laboratório de Educação

Demonstrações financeiras

31 de dezembro de 2016

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	1
Demonstrações financeiras auditadas	
Balanços patrimoniais	4
Demonstrações do resultado	5
Demonstrações do resultado abrangente.....	6
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	7
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	8
Demonstrações do valor adicionado	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



Centro Empresarial PB 370
Praia de Botafogo, 370
5º ao 10º andar - Botafogo
22250-040 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

Fax: +55 21 3263 7003
Tel: +55 21 3263-7000
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores do
Laboratório de Educação
São Paulo-SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Laboratório de Educação (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Laboratório de Educação em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial a Resolução do CFC 1.409/12 - Entidades sem finalidades de lucros.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Entidade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A demonstração do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016, elaboradas sob a responsabilidade da Administração da Entidade, e apresentada como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo normas específicas aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, em especial, a Resolução do CFC 1.409/12 - Entidades sem finalidades de lucros, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

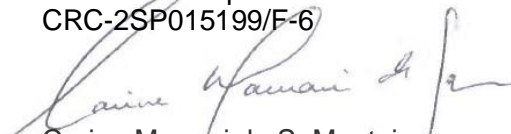
Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 12 de maio de 2017.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/F-6



Carine Mamari de S. Monteiro
Contadora CRC-1RJ119577/O-2

Laboratório de Educação

Balanços patrimoniais
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	Nota	2016	2015
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.344.746	2.033.969
Outros		20.360	18.385
Total do ativo circulante		1.365.106	2.052.354
Não circulante			
Imobilizado	5	3.532	4.255
Total do ativo não circulante		3.532	4.255
Total do ativo		1.368.638	2.056.609
Passivo			
Circulante			
Contas a pagar		3.792	1.281
Salários e encargos sociais		33.285	27.728
Outros		121	1.253
Total do passivo circulante		37.198	30.262
Patrimônio líquido	6		
Patrimônio social		2.026.347	1.229.723
Superávit (déficit) do exercício		(694.907)	796.624
Total do patrimônio líquido		1.331.440	2.026.347
Total do passivo e do patrimônio líquido		1.368.638	2.056.609

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório de Educação

Demonstrações do resultado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	Nota	2016	2015
Receitas	7	1.166.770	2.012.924
Custos e despesas operacionais			
Custos beneficentes - área de educação	8	(1.677.067)	(902.493)
Despesas com pessoal		(171.861)	(103.040)
Despesas administrativas	9	(206.149)	(397.889)
Despesas com depreciação		(723)	(540)
Despesas tributárias		(55.544)	(17.123)
Resultado financeiro, líquido	10	249.667	204.785
Superávit (déficit) do exercício		(694.907)	796.624

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório de Educação

Demonstrações do resultado abrangente
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Superávit (déficit) do exercício	(694.907)	796.624
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente	<u>(694.907)</u>	<u>796.624</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Laboratório de Educação

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	Patrimônio social	Superávit (déficit) do exercício	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2014	979.453	250.270	1.229.723
Incorporação do superávit do exercício anterior	250.270	(250.270)	-
Superávit do exercício	-	796.624	796.624
Saldos em 31 de dezembro de 2015	1.229.723	796.624	2.026.347
Incorporação do superávit do exercício anterior	796.624	(796.624)	-
Déficit do exercício	-	(694.907)	(694.907)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	2.026.347	(694.907)	1.331.440

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Laboratório de Educação

Demonstrações dos fluxos de caixa
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit (déficit) do exercício	(694.907)	796.624
Ajustes para conciliar o superávit (déficit) do exercício ao caixa gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais		
Depreciação	723	540
	(694.184)	797.164
(Aumento) redução de ativos e aumento (redução) de passivos		
Outros créditos	(1.975)	(923)
Contas a pagar	2.511	1.051
Salários e encargos sociais	5.557	27.617
Outros passivos	(1.132)	1.364
Caixa líquido gerado pelas (consumido nas) atividades operacionais	(689.223)	826.273
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Aquisição de bens do ativo imobilizado	-	(2.195)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimentos	-	(2.195)
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	(689.223)	824.078
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.033.969	1.209.891
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	1.344.746	2.033.969

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Laboratório de Educação

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

	2016	2015
Receitas		
Doações	1.166.770	2.000.772
Serviços	-	12.152
	1.166.770	2.012.924
Insumos adquiridos de terceiros		
Materiais, serviços de terceiros e outros	(1.677.067)	(902.493)
Valor adicionado bruto	(510.297)	1.110.431
(-) Depreciação e amortização	(723)	(540)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	(511.020)	1.109.891
Resultado financeiro	249.667	204.785
Total do valor adicionado a distribuir	(261.353)	1.314.676
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	171.861	103.040
Impostos, taxas e contribuições	55.544	17.123
Despesas administrativas	206.149	397.889
Superávit (déficit) do exercício	(694.907)	796.624
	(261.353)	1.314.676

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Laboratório de Educação

Notas explicativas às demonstrações financeiras
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

1. Objetivos sociais

O Laboratório de Educação (ou “Entidade”) é uma associação de direito privado, sem fins lucrativos e de fins não econômicos, constituída em 11 de maio de 2012 e qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, em 18 de março de 2013, com prazo de duração indeterminado. A sede do Laboratório de Educação está localizada na Rua Pamplona, 1005 - conj.11, Jardim Paulista, São Paulo-SP.

O objetivo da Entidade é o desenvolvimento de conhecimento aplicável, com vistas a criar insumos para qualificar tanto as práticas de interação com as crianças quanto o debate sobre a educação pública no Brasil, desenvolvendo ferramentas e tecnologias pedagógicas fundamentadas em pesquisa para fortalecer os processos educativos dentro e fora da escola.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras do Laboratório de Educação para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram autorizadas para emissão pela Administração em 12 de maio de 2017.

As demonstrações financeiras da Entidade para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015 foram elaboradas e estão apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que incluem os Pronunciamentos, Orientações e Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e nas disposições aplicáveis às entidades sem fins lucrativos, expedidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), em especial a Resolução CFC 1.409 - Entidades sem finalidade de lucros, de 21 de setembro de 2012.

3. Principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis adotadas pela Entidade são descritas abaixo e têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda funcional e apresentação das demonstrações financeiras

A moeda funcional da Entidade é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações financeiras.

Laboratório de Educação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

b) Ativos e passivos, circulantes e não circulantes

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando realizáveis ou liquidáveis dentro dos doze meses seguintes após a data do balanço ou que sejam mantidos essencialmente com o propósito de serem negociados, incluindo transações com partes relacionadas no curso normal dos negócios.

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Entidade e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

c) Caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários

Caixa e equivalentes incluem caixa, contas bancárias e investimentos com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor de mercado são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de curto prazo da Entidade. Estes recursos destinam-se à aplicação em suas finalidades institucionais.

Os títulos e valores mobiliários são investimentos de curto prazo mantidos com o objetivo de serem negociados. Esses investimentos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado, e os ganhos e as perdas de variações de valor justo são reconhecidos na demonstração do resultado.

d) Imobilizado

O ativo imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição deduzido da depreciação acumulada.

A depreciação dos bens em operação é calculada pelo método linear e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens, com base na expectativa de geração de benefícios econômicos futuros, cuja avaliação é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Laboratório de Educação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

3. Principais práticas contábeis--Continuação

e) Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O processo de elaboração das demonstrações financeiras em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração faça uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores de receitas, despesas, ativos e passivos reportados nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas.

Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil econômica e o valor residual do imobilizado e intangível, provisão para perda por risco de crédito, provisão para contingências, recuperabilidade dos ativos, dentre outros. O uso de estimativas e julgamentos é complexo e considera diversas premissas e projeções futuras e, por isso, a liquidação das transações pode resultar em valores diferentes das estimativas. A Entidade revisa suas estimativas e premissas anualmente.

f) Tributação

Como entidade de assistência social sem fins lucrativos, o Laboratório de Educação goza da imunidade de tributos e contribuições sociais no que se refere ao seu patrimônio, renda e serviços para o desenvolvimento de seus objetivos, de acordo com os artigos 150 (Inciso VI; alínea c) e 195 - parágrafo 7 da Constituição Federal, respectivamente.

Sobre os serviços de pesquisas e desenvolvimento a Entidade recolhe o ISS à alíquota de 2%, e sobre serviços de instrução, treinamento, orientação pedagógica e educacional e avaliação de conhecimentos à alíquota de 5%, conforme Decreto 5089/2009 - art.18, inciso I e IV, respectivamente.

g) Apuração do superávit/ (déficit) do exercício

As receitas oriundas de doações são registradas mediante documento hábil, quando da efetiva entrada dos recursos. Todas as demais receitas e as despesas necessárias à manutenção das suas atividades são registradas pelo regime de competência.

Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

h) Demonstração do fluxo de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada de acordo com o método indireto.

Laboratório de Educação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

4. Caixa e equivalente de caixa e títulos e valores mobiliários

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa		
Caixa e depósitos bancários	10.581	9.031
Equivalentes de caixa	1.334.165	2.024.938
	1.344.746	2.033.969

Os equivalentes de caixa são compostos principalmente por investimento em operações compromissadas. As operações compromissadas são investimentos com o compromisso do vendedor em recomprar a aplicação da Entidade por um preço especificado em uma data futura determinada. A compromissada da Entidade possui remuneração pós-fixada média de 100% a 100,50% da variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário), são emitidos por bancos de primeira linha e liquidez imediata.

5. Imobilizado

	<u>Máquinas e equipamentos</u>	<u>Software</u>	<u>Total</u>
Movimentação em 2015			
Adições	-	2.195	2.195
Depreciação	(284)	(256)	(540)
Saldos em 31/12/2015	<u>2.316</u>	<u>1.939</u>	<u>4.255</u>
Movimentação em 2016			
Adições			
Depreciação	(284)	(439)	(723)
Saldos em 31/12/2016	2.032	1.500	3.532
Saldos em 31/12/2015			
Custo	2.840	2.195	5.035
Depreciação acumulada	(524)	(256)	(780)
Saldo líquido em 31/12/2015	<u>2.316</u>	<u>1.939</u>	<u>4.255</u>
Saldos em 31/12/2016			
Custo	2.840	2.195	5.035
Depreciação acumulada	(808)	(695)	(1.503)
Saldo líquido em 31/12/2016	2.032	1.500	3.532

Laboratório de Educação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

6. Patrimônio líquido

Compreende o patrimônio social inicial acrescido (diminuído) dos valores dos superávits ou déficits ocorridos desde o ano de constituição até o exercício em curso.

7. Receitas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receita de doações	1.166.770	2.000.772
Receitas de serviços	-	12.152
	1.166.770	2.012.924

8. Custos beneficentes - área de educação

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Projeto Casemiro de Abreu	499.854	296.536
Projeto Aprender linguagem	377.108	214.133
Projeto Toda criança pode aprender	199.938	140.009
Projeto Pré-teste aprender estudar	189.909	120.412
Projeto Consultoria IJMB	-	116.403
Projeto Linguagem Pesquisa Fantástico	-	15.000
Projeto Aplicativo	247.067	-
Projeto Espaço Leitura	163.191	-
	1.677.067	902.493

9. Despesas administrativas

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Serviços profissionais	102.934	369.173
Despesas com viagens e representações	9.328	10.723
Papelaria e material de escritório	3.323	4.312
Despesa com comunicação	9.013	3.938
Gastos com locomoção	3.066	3.114
Propaganda e publicidade	57.485	1.750
Localização e funcionamento	883	365
Eventos	250	144
Outras despesas administrativas	19.867	4.370
	206.149	397.889

Laboratório de Educação

Notas explicativas às demonstrações financeiras--Continuação
31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em reais)

10. Resultado financeiro

	<u>2016</u>	<u>2015</u>
Receitas financeiras		
Receita sobre aplicação financeira	260.112	216.440
Outras	30	169
	<u>260.142</u>	<u>216.609</u>
Despesas financeiras		
Imposto sobre operações financeiras - IOF	(754)	(3.158)
Despesas bancárias	(1.686)	(8.553)
Outras	(8.035)	(113)
	<u>(10.475)</u>	<u>(11.824)</u>
Total do resultado financeiro	<u>249.667</u>	<u>204.785</u>

11. Isenções usufruídas

A Entidade atende aos requisitos da legislação sendo isenta do imposto de renda (com base no artigo 150 da Constituição Federal, inciso VI, alínea "c" e do § 7º do art. 195, da Constituição Federal) e isenta da contribuição social sobre o superávit (com base no artigo 15 da Lei 9.532/97).

12. Instrumentos financeiros e gestão de riscos

O Laboratório de Educação não possui operações que envolvam instrumentos financeiros derivativos.

Pela natureza das atividades do Laboratório de Educação, não há riscos de mercado, crédito ou de liquidez relevantes.